

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Pela segunda vez

Quase 16 anos depois da prisão de José Roberto Arruda, após a Operação Caixa de Pandora, a ex-deputada federal Flávia Peres (ex-Arruda) vive um novo inferno. O atual marido, Augusto Lima, ex-dono do Banco Master, foi um dos alvos da Operação Compliance Zero, e teve a prisão decretada. Na casa do executivo em São Paulo, a Polícia Federal encontrou R\$ 1,6 milhão em dinheiro.

Desvio

Augusto Lima disse a interlocutores em Brasília que se afastou do Banco Master quando percebeu que as operações envolvendo a instituição federal estariam entrando num caminho perigoso, com riscos. Queria seguir a vida com a mulher, Flávia Peres Lima, com tranquilidade, desfrutando do patrimônio que acumulou como banqueiro. Não deu certo. A investigação da Polícia Federal o atingiu.

Namoro e casamento

Flávia Peres conheceu Augusto Lima quando exercia o cargo de ministra da Secretaria de Governo durante a gestão de Jair Bolsonaro. O casamento foi realizado em janeiro do ano passado, numa capela em Salvador. Juntos, eles criaram a ONG Terra Firme, presidida por Flávia, com enfoque social para atuar contra a pobreza. O marido, baiano, tem uma ótima relação com políticos do estado, e o casal tem se dividido entre Brasília, Salvador e São Paulo.

Momento de grande tensão

A Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal, é um dos momentos mais tensos para o governo de Ibaneis Rocha. Demitido e sob investigação por suposta fraude em operações com o Banco Master, Paulo Henrique Costa era um dos gestores mais atuantes da gestão desde o primeiro mandato. Mas, no meio político, já havia especulações de que a presidência de PH, como é chamado por alguns, estava chegando ao fim. O clima azeou depois da Operação Carbono Oculto, realizada em São Paulo, que ligou fundos do Master a um suposto esquema de lavagem de dinheiro do PCC e, depois, a recusa do Banco Central em autorizar a operação do BRB com a instituição financeira.



Reprodução



Quase 40 anos de história da Defensoria Pública do DF

A história da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) é contada em 148 páginas da obra *Livro-Memória da Defensoria Pública do Distrito Federal: 1987-2025*, a ser lançado hoje. O *Correio Braziliense* faz parte da publicação e cedeu 18 imagens do acervo do jornal para ilustrar momentos relevantes ao longo desses anos. O lançamento da obra será no Auditório do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). “A construção desse livro é um sonho que se tornou realidade para celebrar a relevância da Defensoria. O passado reflete nas ações do presente e nos ajuda a construir o caminho para o futuro. As histórias da DPDF e das pessoas que ajudaram a construir a instituição merecem ser valorizadas e contadas”, destaca o Defensor Público-Geral do Distrito Federal, Celestino Chupel.

Medalha

Além do lançamento do livro, a cerimônia também contemplará a solenidade de outorga das Comendas da Ordem do Mérito Defensorial Ministro Humberto Gomes de Barros. A honraria é concedida pela Defensoria Pública do DF e tem o objetivo de reconhecer personalidades e instituições que contribuíram para o fortalecimento da missão da DPDF e para a consolidação dos direitos humanos e da cidadania.



Solução rápida

Na metade da manhã de ontem, o governador Ibaneis Rocha havia definido o sucessor de Paulo Henrique Costa na presidência do BRB, horas depois do anúncio de que a Justiça havia determinado o afastamento por 60 dias. O escolhido foi Celso Eloy Cavalherio. Ele fez carreira na Caixa Econômica Federal e, embora tenha conhecimentos entre políticos, é apontado como técnico. Eloy terá uma pedreira pela frente, ao administrar o banco em meio a uma investigação da Polícia Federal e embates políticos contra a instituição à medida que as eleições se aproximam.

Investigação local e nacional

Duas CPIs estão em discussão. Além do requerimento apresentado pela oposição na Câmara Legislativa para investigar as relações entre o Banco Master e o BRB, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) recolhe assinaturas para instalar uma comissão parlamentar na Câmara dos Deputados.



Novo presidente do Avante

O ex-senador Gim Argello está de volta à política. Ele assume hoje a presidência do Avante, em solenidade na liderança do partido na Câmara dos Deputados. Gim chega com toda a executiva aliada e planos para 2026.

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos_cb](#)

»Entrevista | PAULA BELMONTE (CIDADANIA) | DEPUTADA DISTRITAL

Ao CB.Poder, a parlamentar destaca a necessidade de uma CPI na Câmara Legislativa para investigar o caso BRB-Master

"BRB é patrimônio de Brasília"

» LUIZ FELIPE ALVES

O pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Banco de Brasília (BRB) foi abordado ontem pelo CB.Poder — programa em parceria do *Correio Braziliense* com a TV Brasília. Na entrevista aos jornalistas

Adriana Bernardes e Ronayre Nunes, a autora do pedido, deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania), afirmou que acompanha a situação do banco público desde 2019 e que o BRB tem realizado ações que chamam a atenção, como patrocínios para clube de futebol fora da capital.

Com o próprio BRB sobre os servidores endividados. Temos vários servidores que não recebem a aposentadoria por causa de dívidas. Há uma lei aprovada na Câmara que só permite dedução de 40% do salário do servidor. Entretanto, existe um mecanismo por meio do qual o BRB retira todo o salário dos servidores. Nossa preocupação é essa. Quando falamos sobre a saúde do banco, também estamos falando da saúde emocional desses servidores.

A CLDF autorizou, em agosto, a compra do Master pelo BRB. Como foi a tramitação?

O governo disse que não precisaria passar pela Câmara, mas nós conseguimos, pela Justiça, que determinou que a Câmara teria que autorizar essa operação. Nós, parlamentares, temos a responsabilidade



de autorizar, mas a nossa função constitucional é fiscalizar. Nós não somos só simplesmente carimbadores de papel, nós temos que olhar o que nós estamos autorizando. Então, a Câmara fez o seu papel questionando e, no dia, inclusive, eu fiz uma analogia com um banco, mostrando a fragilidade daquela operação e outros parlamentares também, mas foi aprovado e autorizado.

O ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa respondeu aos questionamentos que a Câmara havia feito antes da votação?

Fizemos algumas perguntas para ele, e ele ficou de responder de forma oficial. Entretanto, não obtivemos respostas. Isso me chama muita

atenção. À época, fizemos um requerimento e ele, novamente, disse que iria responder. Fizemos, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mais de 70 perguntas que foram elaboradas por economistas e outros profissionais. Novamente, não responderam às perguntas, então, isso realmente nos surpreende em relação à transparência de uma compra de risco de 58% de um banco.

O pedido da CPI contabiliza sete votos (até o fechamento desta edição), contando com deputados da oposição. Acredita que irá conseguir todos os votos?

Para uma CPI ser instaurada, precisa de oito votos. Porém, ela

entraria numa fila atrás das outras CPIs que já estão na Casa. Estamos com o objetivo de conseguir 11 votos. Se conseguirmos atingir esse número, ela vai se tornar prioridade.

Paulo Henrique Costa foi afastado do cargo pela Justiça. O governador Ibaneis Rocha escolheu Celso Eloy para substituí-lo. Como a senhora avalia isso?

Eu acho que é uma decisão acertada, porque dá estabilidade a essa instituição financeira que é muito importante, porque faz a gestão de toda a folha de pagamento dos servidores. É uma responsabilidade com os servidores e com os programas sociais.

O governo paga para o BRB fazer a manutenção dos cartões. O Banco de Brasília é um patrimônio da capital.

Porque essa movimentação de patrocínios e aportes são pontos de atenção?

A primeira questão do protocolo que apresentamos foi um requerimento para que as investigações começem desde 2019, justamente por causa dessas ações de patrocínios e aportes para a região fora de Brasília. Como sabemos, o BRB é um patrimônio de Brasília, de toda a população. Então, entendemos que ele não tem uma responsabilidade de expansão nacional e, sim, uma responsabilidade de desenvolvimento da nossa cidade. Aqui, temos microempresários e empresários de médio porte que precisam desse dinheiro. Por que não fomentar os times de Brasília? Esse é o nosso principal questionamento.



Aponte a câmera para assistir a entrevista completa